



FLACSO
BRASIL

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

Oficina de Escuta sobre a implementação da Avaliação
Biopsicossocial Unificada da Deficiência

Fevereiro, 2024



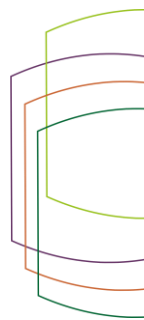
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil

Diretora

Rita Gomes do Nascimento

Coordenadora do Programa Cidadania, participação social e políticas públicas

Kathia Dudyk



Flacso Brasil

SAIS Área 2-A, s/n, 1º andar, sala 120

CEP: 70610-900, Brasília (DF), Brasil

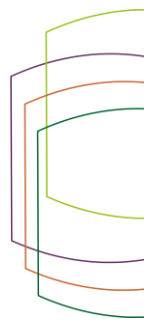
E-mail: flacsobr@flacso.org.br

Telefones: (+55 61) 3702-2530 / (+55 61) 2020-3390



Sumário

Apresentação	8
Produto 2.1 – Documento técnico contendo a sistematização das contribuições da sociedade civil para a avaliação biopsicossocial da deficiência.....	9





Sobre a Flacso Brasil

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) é um organismo internacional, intergovernamental e autônomo, fundado pelos estados latino-americanos em 1957, a partir de proposta original da Unesco, com o mandato institucional de atuar na docência de pós-graduação, pesquisa, cooperação científica e assistência técnica no campo das Ciências Sociais e suas aplicações, com vistas a apoiar o desenvolvimento e a integração dos países da América Latina e Caribe. Atualmente integram a Flacso dezoito estados latino-americanos e caribenhos, além da Espanha, onde funcionam sedes acadêmicas, programas e projetos com diferentes escopos.

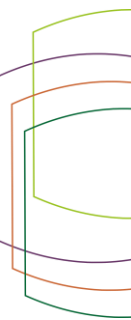
A Flacso desenvolve atividades de pesquisa e formação nas áreas de educação, direitos humanos, saúde, juventude, violência, mobilização social, educação popular e outros temas, sempre com a participação de pesquisadores, especialistas e outros profissionais reconhecidos. Os projetos são desenvolvidos em parceria com órgãos dos governos estaduais e municipais e do Governo Federal, assim como com organismos internacionais, instituições e empresas privadas.

Em dezembro de 1990, a Flacso e o governo brasileiro assinaram convênio para o funcionamento da Sede Acadêmica do Brasil. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo nº 20, de 8 de maio de 1992 e, finalmente, promulgado por meio Decreto nº 593, de 6 de julho de 1992, firmado pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores.

No desempenho de suas atribuições como Organismo Internacional de Cooperação, ao desenvolver projetos financiados por instituições públicas nacionais, a organização observa rigorosamente os dispositivos da legislação nacional relacionada à contratação de consultorias e serviços especializados. Para a realização de suas atividades, a Flacso conta com infraestrutura logística e equipe especializada distribuída em sua sede em Brasília e em duas outras unidades – no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Possui comprovada experiência no desenvolvimento de metodologias aplicadas a processos de diagnóstico e elaboração participativa de políticas públicas, o que evidencia sua capacidade técnica e institucional para colaborar com o presente projeto.

Em sua operação no Brasil, tem consolidado sua atuação no campo do fortalecimento do diálogo interinstitucional e do controle social, por meio do





desenvolvimento de ferramentas metodológicas voltadas para a mediação de diálogos, o registro e a sistematização de resultados e para a mobilização e articulação em torno de projetos e políticas, envolvendo organizações e movimentos sociais e comunitários, de um lado, e governos, empresas e fundações, de outro. São ferramentas amplamente testadas que têm por intuito apresentar novos desenhos estratégicos para a implementação exitosa de projetos, programas e políticas públicas voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Dentre os projetos desenvolvidos, destacam-se as parcerias com o Governo Federal para a realização de diferentes ações de diálogo interinstitucional, tais como a Caravana de Educação em Direitos Humanos (2014-2015); I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas (2015); Conferências Conjuntas de Direitos Humanos (2016); Caravana pelos Direitos da Criança e Adolescente (2017-2018); II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (2018), IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2018), XI e 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2020 e 2024), 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2021), 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2023), 4ª Conferência Nacional de Cultura (2024) e 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2024).

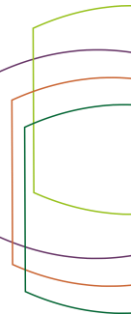
Linhas de atuação da Flacso Brasil

1. Diversidade, interculturalidade e multiculturalismo: estudos de interculturalidade; estudos sobre etnicidade, discurso e identidades; estudos antropológicos; antropologia social; antropologia visual; línguas e culturas indígenas; história da arte; estudos culturais; transformações nos imaginários coletivos; gestão cultural; racismo; linguística; estudos etnográficos; teorias críticas decoloniais.

2. Movimentos sociais e ações coletivas: movimentos sociais; processos de construção de ação coletiva; movimentos: estudantil, de mulheres e feminismos, da diversidade sexual, de defesa territorial, de povos indígenas; estudos do trabalho, sociedade civil; movimento sindical e organização industrial; memória social.

3. Desigualdades, exclusão social e formas de discriminação: população em condição de vulnerabilidade (pobres, pessoas com deficiência, meninos, meninas e adolescentes, afrodescendentes, mulheres, LGBTQIA+) e excluídos; desenvolvimento e conflito; estudos sobre desigualdades, pobreza e exclusão social; trabalho infantil; estudos populacionais ou demográficos; interseccionalidade.

4. Desenvolvimento econômico: modelos de acumulação de capital; industrialização; produção agropecuária; dívida externa e fuga de capitais para o exterior; problemas





de desenvolvimento econômico e social; dinâmicas socioeconômicas; políticas de trabalho, emprego, mercado de trabalho e informalidade; empreendedorismo; economia social e solidária; pequenas e médias empresas; economia feminista; cooperativismo; influência das commodities no crescimento econômico; mercado imobiliário; finanças públicas, cooperativismo.

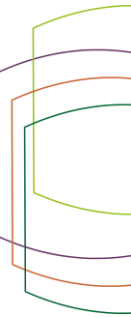
5. Educação e sociedade: relação entre educação, crescimento econômico e desenvolvimento; políticas e processos de equidade e qualidade nos diversos níveis de ensino; relação entre ambientes sociais e a escola; boas práticas de ensino; abandono e atraso escolar; avaliação de desempenho docente; violência escolar; educação superior; estratégias pedagógicas; formação docente; formas de ensino e de literatura; pedagogias críticas, políticas educacionais.

6. Desenvolvimento territorial e meio ambiente: desenvolvimento e gestão territorial; conflitos agrários; desenvolvimento e construção de capacidades locais com base em processos de descentralização e gestão governamental em diferentes níveis de governo; gestão de riscos; gestão de riscos de desastres com perspectiva de gênero; gestão de turismo; população e território; desenvolvimento sustentável; energia; mudança climática; segurança e soberania alimentar; estudos agrários; agricultura familiar campesina; gestão florestal; conflitos socioambientais; gestão de resíduos sólidos; estudos urbanos; políticas públicas de energia e meio ambiente.

7. Relações internacionais, cooperação e negociação internacional: sistemas e organismos internacionais, regionais e multilaterais; geopolítica; política externa; comércio mundial e integração regional; política comercial; integração política; globalização, processos políticos contemporâneos, cooperação para o desenvolvimento.

8. Governança e institucionalidade na democracia: representação política; sociologia política; processos políticos e qualidade da democracia; participação cidadã; partidos políticos; processos eleitorais; Estado de Direito; nação e nacionalismo; ética; bioética; ajustes institucionais e normativos; prestação de contas (accountability); corrupção; teoria da democracia; consulta prévia sobre assuntos indígenas; propriedade intelectual; cultura política; uso de fundos públicos; sindicalismo, corrupção e impunidade, igrejas e movimentos neopentecostais.

9. Governança e políticas públicas: Estado; políticas públicas; gestão social e políticas públicas; gestão de políticas públicas, gestão e administração públicas, privatização e regulação de serviços públicos; análise de políticas públicas; políticas públicas e programas sociais; decisões e avaliação de políticas públicas e programas de governo; inclusão dos povos indígenas e afro-americanos nas políticas públicas; políticas públicas de juventude; políticas públicas de igualdade de gênero; políticas





urbanas; orçamentos participativos; análise de diferenças salariais; políticas de saúde física e mental.

10. Segurança e defesa: segurança nacional; conflitos armados; segurança internacional e defesa; tráfico de pessoas; tráfico de drogas; polícia nacional; proteção humana; segurança cidadã; gerenciamento de segurança local; sistemas de inteligência; desarmamento; segurança e cidadania; incidência de gangues e organizações criminosas; estudos sobre violência juvenil; violência social; violência armada; sistemas prisionais; cibersegurança; marcos legais e institucionais relacionados à segurança; segurança cidadã e gênero.

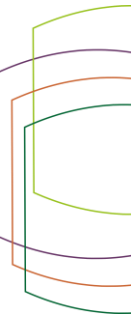
11. Direitos humanos: estudos sobre direitos humanos; direito e bens públicos; ação política e direitos; comportamento político dos sujeitos individuais e coletivos; justiça e política; reparação de vítimas; direitos específicos de: crianças, mulheres, povos indígenas, população LGTBI +; adolescência; afrodescendentes; pessoas com deficiências; situação socioeconômica; marcos internacionais e regionais de proteção dos direitos humanos.

12. Gêneros e sexualidades: violência sexual e de gênero; legislação e institucionalidade com perspectiva de gênero; participação e liderança; desigualdade trabalhista; empoderamento; aborto; população LGBTQIA+; violência doméstica; feminicídios; heteronormatividade; machismo; patriarcado; novas masculinidades; direitos sexuais e reprodutivos; educação integral em sexualidade; movimento feminista; epistemologia feminista; decolonialidade e interseccionalidade; políticas de igualdade; políticas de cuidado; economia feminista.

13. Migração: pessoas em situações de refúgio, repatriação; asilo político; deslocamento ou migração forçada; monitoramento da migração internacional; mapeamento de rotas de migração internacional; papel dos organismos internacionais na migração internacional; políticas de migração; migrações internas, transfronteiriças e inter-regionais; mulheres, gênero e migração.

14. Inovação, comunicação e novas tecnologias: ciência e tecnologia; desenvolvimento de materiais em novas tecnologias; desenvolvimento baseado na informação e no conhecimento; mídia, cultura e comunicação; sociedade do conhecimento e da informação; inovação e uso de Tecnologias da informação e comunicação (TICs); uso de redes sociais; governo aberto; quarta revolução industrial.

15. Abordagens metodológicas e epistemológicas: novas formas metodológicas de pesquisa, estudo e abordagem de situações e problemas em diversas disciplinas; inter e transdisciplinaridade.





Apresentação

Este documento consiste no Relatório Técnico Final, previsto na Carta Acordo assinada pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 09 de outubro de 2024, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Fortalecimento da Garantia e Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – BRA 18/008”, na forma das atividades:

1.2 – Realizar oficinas de formação sobre direitos das pessoas com deficiência para profissionais, gestores e técnicos da área, bem como para pessoas com deficiência e suas famílias.

A Flacso foi incluída como Instituição Sub-Executora, do Projeto BRA/18/008, para apoiar a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na realização das oficinas de escuta sobre avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme consta no documento da 2ª Revisão Substantiva ao Projeto BRA/18/008.

A instituição atuou na concepção técnico-conceitual e no desenvolvimento de metodologias de facilitação e na sistematização do debate junto à SNDPD e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

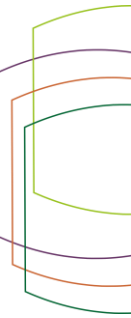
As ações implementadas pela Flacso foram organizadas em 2 eixos, coincidentes com os resultados a serem alcançados previstos na Carta-Acordo, quais sejam:

- Eixo 1 - Planejamento e orientação metodológica e organizacional para a realização de oficina de escuta;
- Eixo 2 - Registro e sistematização das contribuições apontadas pela sociedade civil na oficina.

Estrutura do Relatório

Conforme previsto no cronograma de desembolso do projeto, estabelecido por meio da Carta-Acordo, o Relatório Técnico Final inclui como produto:

- **Produto 2.1** – Documento técnico contendo a sistematização das contribuições da sociedade civil para a avaliação biopsicossocial da deficiência.





Produto 2.1 – Documento técnico contendo a sistematização das contribuições da sociedade civil para a avaliação biopsicossocial da deficiência

Este documento apresenta a sistematização das contribuições da sociedade civil coletadas durante a Oficina de Escuta sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. As recomendações elaboradas pelos grupos de trabalho foram analisadas e organizadas para possibilitar sua aplicabilidade na formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à equidade e acessibilidade.

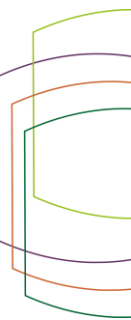
Além de reunir as propostas e diretrizes discutidas, este documento também apresenta uma análise da metodologia empregada durante a Oficina, destacando boas práticas adotadas e aspectos que podem ser aprimorados em futuras iniciativas. Essa análise permite identificar oportunidades para tornar o processo de escuta mais inclusivo e eficiente, fortalecendo a articulação entre os diversos atores envolvidos.

Para auxiliar a implementação efetiva das contribuições coletadas, foram sugeridas estratégias que visam consolidar os avanços propostos. Entre elas, destacam-se a ampliação de canais de diálogo entre sociedade civil e governo, a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações sugeridas e a necessidade de investimentos contínuos em acessibilidade e formação de profissionais capacitados para aplicar a Avaliação Biopsicossocial.

Dessa forma, este documento técnico tem como objetivo consolidar os subsídios fornecidos pela sociedade civil, fortalecendo o diálogo intersetorial e contribuindo para a construção de uma Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência mais inclusiva, justa e eficaz no Brasil.

Constam como itens neste produto:

- Recomendações elaboradas durante a oficina;
- Sobre a metodologia aplicada à oficina;
- Conclusões sobre a atividade e sugestões para implementação das recomendações apontadas.





Recomendações elaboradas durante a oficina

As recomendações apresentadas neste documento são resultado do trabalho coletivo desenvolvido durante a Oficina de Escuta sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, realizada entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2024, em Brasília-DF. Durante a Oficina, os participantes foram organizados em grupos de trabalho, responsáveis por debater e formular propostas voltadas ao aprimoramento do processo de implementação da Avaliação Biopsicossocial.

As contribuições foram sistematizadas a partir das discussões conduzidas no segundo dia do evento, quando os grupos de trabalho se dedicaram à elaboração de recomendações baseadas em experiências práticas, demandas da sociedade civil e diretrizes normativas vigentes. Em seguida, as propostas foram submetidas a um processo de revisão coletiva e validação.

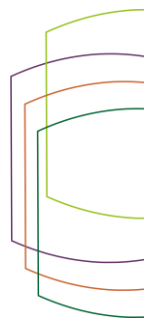
Este documento técnico consolida as recomendações formuladas pelos grupos de trabalho e validadas no coletivo da oficina, estruturadas de maneira a orientar a formulação de políticas públicas e a operacionalização da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência.

O documento, em sua íntegra, é apresentado a seguir:

Nós, participantes da **Oficina de Escuta sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência**, reunidos entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2024 em Brasília-DF, apresentamos, para consideração das autoridades competentes e demais entes envolvidos, nossas recomendações para o aperfeiçoamento do processo de implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência.

As propostas foram elaboradas ao longo do segundo dia do evento, por meio da realização de quatro grupos de trabalho simultâneos, e aprimoradas e aprovadas durante o momento final da oficina, resultando nas seguintes recomendações:

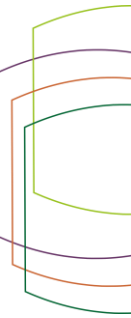
1. Disponibilizar os **recursos necessários para todos os entes federados para a implementação do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência (SISNADEF)** com acessibilidade plena, desde o processo de agendamento até o resultado final da avaliação, e com a realização de busca ativa nos domicílios, similar às equipes do Programa Saúde da Família. A avaliação será utilizada para o acesso aos serviços e políticas públicas em todo o território nacional e serão incluídos consultores com deficiência na aplicação da avaliação, bem como pessoas com deficiência no processo de formação das





equipes multidisciplinares, considerando raça, gênero, etnia e território. Também serão criados mecanismos de mensuração voltados para a atuação dos avaliadores.

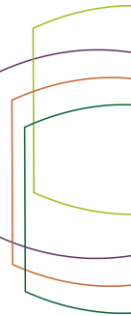
2. Assegurar que a **exigência da avaliação não ocorra enquanto o SISNADEF não tiver sido regulamentado e implementado**, e enquanto o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) não tiver publicado resolução com a validação das entidades públicas autorizadas a aplicar a avaliação.
3. **Aprimorar os instrumentos de avaliação socioeconômica e ampliar as políticas** de transferência de renda e de transporte público, cujas limitações impedem o acesso de pessoas com deficiência aos locais de realização da avaliação.
4. Garantir que a **avaliação biopsicossocial possa distinguir pessoas com doenças de pessoas com deficiência**, para destinar os benefícios às pessoas aptas a acessarem políticas públicas afirmativas, em conformidade com a legislação vigente (Lei Brasileira de Inclusão - LBI).
5. **Promover a formação intersetorial, continuada e permanente dos profissionais responsáveis pela avaliação biopsicossocial**, garantindo: a) a aplicação do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) como instrumento de avaliação; b) a criação de metodologias coesas que contemplem a diversidade regional; c) o atendimento voltado para o acolhimento e atenção à pessoa com deficiência na perspectiva dos direitos humanos, considerando a interseccionalidade de raça, gênero, etnia, classe e território; d) a inclusão de pessoas com deficiência que possuam letramento anticapacitista na composição das equipes de avaliação; e) mecanismos de avaliação voltados para a atuação dos avaliadores.
6. **Promover formação continuada sobre os direitos das pessoas com deficiência para gestores, servidores e trabalhadores dos setores público e privado**, em todas as áreas, em especial nas da saúde, assistência social e educação, com carga horária obrigatória e com a participação de pessoas com deficiência, considerando raça, gênero, etnia e território, cobrindo desde o planejamento até a execução da formação e valorizando os saberes populares de cada território em articulação com os saberes acadêmicos. Além disso, incluir a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência em concursos públicos.
7. **Garantir conteúdos e disciplinas nos currículos do Ensino Médio e Superior que abordem o capacitismo, a interseccionalidade e o atendimento a pessoas com deficiência**. Assegurar que todos os cursos de graduação e





especialização tenham pelo menos uma disciplina obrigatória que trate do tema da acessibilidade, bem como que a formação seja realizada por equipes multiprofissionais e regulamentada conforme a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

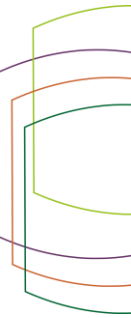
8. **Criar política de permanência escolar para pessoas com deficiência**, preferencialmente para pessoas negras, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, a fim de evitar a evasão escolar dessas populações. A implementação da política deverá ser acompanhada de fiscalização efetiva pelo controle social e demais atores dos sistemas educacional, de saúde e de cultura.
9. Garantir o acesso equitativo às políticas públicas para pessoas com deficiência em todos os entes federados, com ações que promovam o **empoderamento e a autonomia em substituição de abordagens assistencialistas**, incluindo : a) a oferta de políticas de renda básica universal; b) a criação de critérios unificados de acesso e padronização dos serviços ofertados; c) a contratação de profissionais qualificados e garantia de recursos financeiros para a implementação e fiscalização das políticas, penalizando os gestores que não cumpram sua implementação; d) o acompanhamento e suporte às pessoas que acessam a política do cuidado, em alinhamento com a ética do cuidado.
10. Instituir o **Sistema Único da Política da Pessoa com Deficiência**.
11. Garantir **atendimento especializado a todas as deficiências em todo território nacional**, facilitando o acesso por meio de equipes de saúde da família que cheguem até as comunidades com acessibilidade (como, por exemplo, os barcos de saúde). Manter e ampliar os Centros Especializados de Reabilitação (CER tipo IV) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) com mutirões e equipes contínuas, instituindo a obrigatoriedade de que os estados implantem incentivos financeiros para que as equipes com profissionais qualificados permaneçam em regiões isoladas.
12. **Criar mecanismos de financiamento das políticas públicas para as pessoas com deficiência, incluindo fundos municipais, estaduais e nacional**, com gestão, monitoramento e avaliação. Garantir destinação e execução do orçamento para pessoas com deficiência em todos os entes federados e fiscalizar a destinação das emendas parlamentares voltadas para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência.
13. Garantir mecanismos institucionais para a **participação efetiva e ocupação dos espaços públicos decisórios** por parte das pessoas com deficiência, considerando marcadores sociais de gênero, raça, etnia, classe e





territorialidade, de modo a fomentar o processo de empoderamento destes segmentos. Fortalecer os grupos que atuam em defesa das pessoas com deficiência, por meio do fomento a discussões em fóruns e conselhos e garantir que todas as políticas voltadas para este público passem pelo processo de escuta de todos os segmentos que atuam na defesa de seus direitos, sem prejuízo a grupos numericamente minoritários. Além disso, realizar campanhas de conscientização para que as pessoas com deficiência participem da elaboração dos orçamentos públicos de seus territórios.

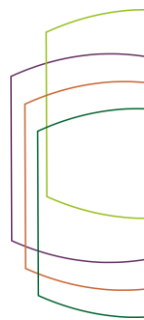
14. **Fiscalizar e penalizar o poder público e as concessionárias responsáveis por frotas inacessíveis (terrestres, aquáticas ou aéreas)**, exigindo que não apenas os veículos, mas também os locais de embarque e desembarque possuam acessibilidade. Estes locais devem contar com espaço reservado, banheiros adaptados, elevadores e espaço adequado para alimentação das pessoas com deficiência. Além disso, estimular as adequações de espaços e equipamentos por meio de campanhas, formação específica para os profissionais que atuam no setor, sinalização de rotas acessíveis, fomento de ferramentas para agendamento prévio e garantia de serviço itinerante.
15. Garantir a criação de **programas voltados para o acesso das pessoas com deficiência a tecnologias assistivas**, por meio de isenção de impostos e ampliação da lista de equipamentos tecnológicos financiados via crédito acessível. Além disso, assegurar que equipamentos públicos tenham acesso à internet e tecnologias assistivas e que o Estado invista em pesquisa e inovações tecnológicas, criando comissões técnicas com participação das pessoas com deficiência, para tornar acessíveis os sistemas, plataformas e sites.
16. Garantir que as políticas públicas alcancem as pessoas com deficiência em seus territórios, por meio da **descentralização e implementação de serviços itinerantes**.
17. Disponibilizar **treinamento prévio nas empresas públicas e privadas**, sem contabilizar esse período como experiência, garantindo que o candidato não perca o Benefício de Prestação Continuada (BPC) durante o período de formação.
18. Assegurar, em consideração da **falta de segurança pública que impede o acesso e a circulação de pessoas com deficiência nos territórios**: a) a implementação da busca ativa; b) a criação de alternativas que viabilizem o acesso dentro do território em áreas identificadas com altos índices de violência; c) a garantia de que a pessoa com deficiência não seja prejudicada, por exemplo com a supressão de seus benefícios, em função da





impossibilidade de realizar avaliações devido a barreiras no território; d) a ampliação e promoção dos canais de denúncia (Disque 100), qualificando-os para o atendimento das pessoas com deficiência.

19. Implementar medidas para enfrentar a manutenção das estruturas de Estado que tutelam as **pessoas indígenas com deficiência**, tais como: a) incluir, como ação emergencial, pessoas indígenas com deficiência nas equipes da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e de todos os órgãos que se relacionem com a temática indígena; b) criar, em todos os ministérios, um setor voltado para atender todos os segmentos de pessoas com deficiência, com equipes compostas por pessoas com e sem deficiência, formadas em questões de raça, classe, idade, curso de vida, etnia, gênero, identidade de gênero e orientação sexual; c) estimular a criação de secretarias e conselhos da deficiência em estados e municípios que ainda não os possuem.
20. **Aperfeiçoar, integrar e publicizar a base de dados das políticas públicas existentes**, garantindo que as novas pesquisas do poder público voltadas para o levantamento de dados de pessoas com deficiência considerem marcadores étnico-raciais, cursos de vida, territorialidade, gênero, orientação sexual, classe e faixa etária, de modo que tais dados promovam ações intersetoriais efetivas.
21. Criar **campanhas e ações com linguagem simples e acessível para divulgar os direitos das pessoas com deficiência em canais diversificados**, orientando sobre os marcos legais que garantem tais direitos, de modo a conscientizar a população em geral, com ênfase na sociedade civil organizada, comunidade política, conselhos e gestores. Garantir que toda a comunicação promovida pelo Estado seja disponibilizada em formatos acessíveis e que sejam realizadas campanhas midiáticas de conscientização sobre os direitos da pessoa com deficiência e sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada.





Sobre a metodologia aplicada à oficina

Nesta seção apresentam-se dados acerca do processo de construção da metodologia adotada para o evento e sua aplicação, além de análises desenvolvidas a partir de observação participante realizada durante a Oficina de Escuta sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. O evento ocorreu entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2024 e mobilizou representantes da sociedade civil, entidades de promoção dos direitos das pessoas com deficiência e conselheiros regionais.

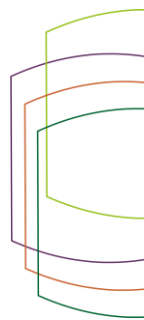
A ação foi promovida pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), para avançar na implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no Brasil. A iniciativa integra o Projeto Fortalecimento da Garantia e Promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência – BRA/18/008, que dispõe sobre a realização de uma Oficina de Escuta junto à sociedade civil, e sua realização foi guiada pelos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Mapear as necessidades e contribuições da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos das pessoas com deficiência quanto à implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no Brasil.

Objetivos específicos:

- **Mapear subsídios** para a construção e implementação de políticas públicas mais inclusivas, como a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência;
- **Formar lideranças** que atuam com a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, priorizando a participação ativa de pessoas com deficiência;
- **Fomentar espaço de diálogo entre sociedade civil e governo** sobre o tema e oportunizar a troca de experiências entre os participantes da atividade, com e sem deficiência, com foco na inclusão;
- **Ampliar a participação de grupos diversos e transversais à pauta da deficiência**, como povos indígenas, quilombolas, população em situação de rua, pessoas idosas e LGBTQIA+, entre outros;





- **Democratizar o processo consultivo** quanto à implementação de políticas públicas, ampliando a participação de novos atores e segmentos sociais em debates sobre o tema.

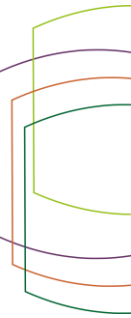
Da preparação

A organização da Oficina foi pautada em metodologia inclusiva, acessível e flexível de modo a promover a participação do público envolvido: representantes da sociedade civil, entidades de promoção dos direitos das pessoas com deficiência e conselheiros regionais. A equipe foi mobilizada para ser responsiva às especificidades em relação à mobilidade, comunicação e infraestrutura para participação plena.

O espaço escolhido para as oficinas, atendendo a metodologia proposta, primou pelo atendimento a todos os quesitos de acessibilidade, desde a arquitetônica até a comunicacional. Adiciona-se a essa questão a adaptabilidade do espaço, que possibilitou ajustes às demandas do público e que contava com recursos como, por exemplo, cadeiras móveis em ambientes que permitiam a autogestão do espaço. Assim, os próprios participantes puderam reorganizar a disposição dos mobiliários para possibilitar maior interação e conforto.

A seleção dos participantes considerou as cinco regiões do país, com prioridade às regiões historicamente menos assistidas, como o Norte e o Nordeste. Outro critério foi o chamamento de estados já integrados ao Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Novo Viver Sem Limite (Decreto nº 11.793/ 2023). Foram reservadas vagas que atendiam a critérios de interseccionalidade, preconizando a participação de pessoas em situação de rua, indígenas, quilombolas, pessoas idosas e comunidade LGBTQIAP+, com atenção à garantia de acessibilidade.

Em termos de programação, a Oficina foi composta por 02 (duas) sessões plenárias e 04 (quatro) grupos de trabalho. Durante as sessões plenárias, os temas centrais do evento foram debatidos por todos os presentes, enquanto os grupos de trabalho foram divididos para discutir tópicos específicos relacionados à Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, o que promoveu tanto momentos de diálogo entre todos os presentes como também a oportunidade de espaço onde relatos singulares foram apresentados. Novamente em sessão plenária, a produção dos grupos foi apresentada de modo sistematizado e foi validada pelo pleno. Destaca-se que as sessões plenárias e grupos de trabalho contaram com intérpretes de Libras e outros recursos técnicos para garantir acessibilidade.

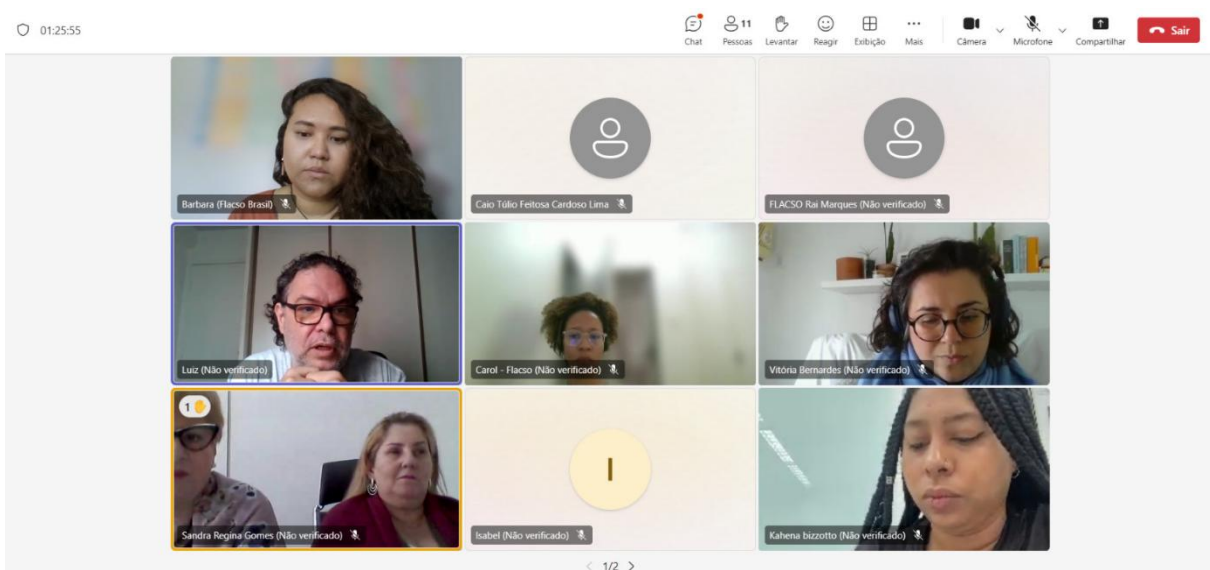
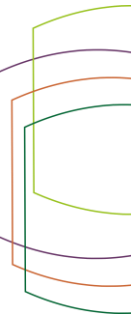




Com o objetivo de facilitar o acesso aos materiais de apoio utilizados ao longo do evento, foi criado um ambiente online de compartilhamento contendo os documentos de referência disponibilizados aos participantes. Nessa pasta, estavam incluídos a Carta de Brasília, o Documento Orientador para os Conselheiros, o Novo Viver Sem Limites, a Programação da Oficina, a Apresentação sobre a Avaliação Biopsicossocial, entre outros documentos relevantes. Além disso, também foram disponibilizados os registros fotográficos feitos durante os três dias de evento, permitindo a documentação visual das atividades.

A observação participante aliada a coleta de informações e impressões se alinha ao próprio movimento realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) de realizar levantamento de percepções das próprias pessoas com deficiência para avançar na implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no Brasil. A estratégia, apoiada em planejamento e intencionalidade, permite análise crítica acerca dos acontecimentos que compuseram a agenda.

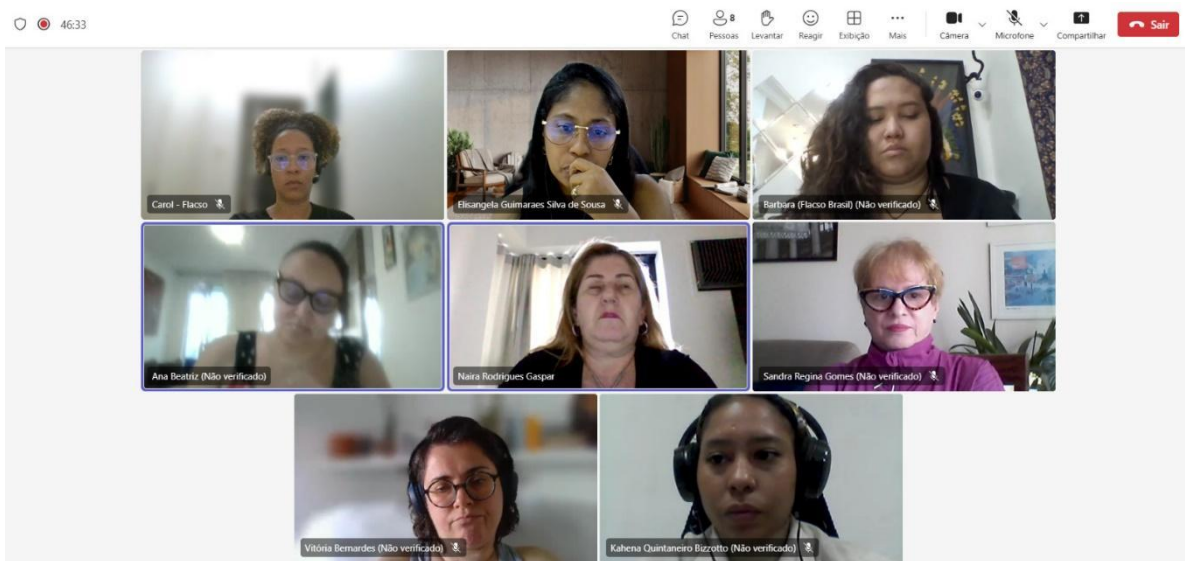
Sobre os momentos de planejamento, vale retomar as ações que antecederam a Oficina. Em novembro e dezembro de 2024 foram realizadas reuniões preparatórias. No primeiro encontro foram apresentados os detalhes do projeto e do escopo de trabalho, além das questões de logística. No encontro seguinte, houve um aprofundamento nas questões logísticas, tais como: a contratação do espaço de realização do evento, o número de participantes em relação ao espaço escolhido, a efetivação da compra de passagens, entre outros



(Imagem: print de reunião entre equipes Flasco, SNDPD e equipe de facilitação em 22 de novembro de 2024)



O terceiro e último encontro ocorreu uma semana antes do evento e contou com a participação das pessoas que iriam atuar como facilitadoras dos grupos. Assim, a discussão ficou centrada na atuação e necessária articulação entre esses atores, bem como na revisão detalhada de todos os procedimentos que viriam a ser utilizados durante a Oficina. Foram repassadas informações relacionadas aos tempos das atividades, questões geradoras de discussão, necessidade de garantir a palavra a todos os participantes, formas de sistematização, acompanhamento dos Grupos de Trabalho e realização da Plenária Final.

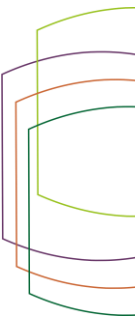


(Imagem: print de reunião entre equipes Flacso, SNDPD e equipe de facilitação em 4 de dezembro de 2024)

Da Oficina

O local escolhido para realização da Oficina está situado em região rural do Distrito Federal. Sua distância das possíveis interferências citadinas e proximidade com a natureza típica do cerrado, favoreceu forte imersão nas discussões desenvolvidas e criou um ambiente propício para que as pessoas participantes pudessem se dedicar totalmente às propostas organizadas para diálogo sobre a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. Importante ressaltar que a busca de imersão é um objetivo comum em processos de planejamento e avaliação, tanto por instituições privadas quanto por organizações da sociedade civil, considerada, inclusive, em algumas metodologias de trabalho, como a primeira fase do planejamento estratégico.

Neste sentido, embora a finalidade do encontro não fosse exatamente realizar um planejamento, a imersão consistiu, metodologicamente, num objetivo a ser atingido



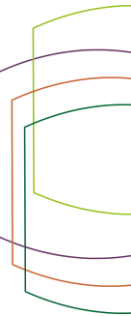


para que houvesse a compreensão profunda de todas as variáveis que compõem a avaliação biopsicossocial da deficiência, possibilitando o alinhamento dos objetivos e que o trabalho fosse desenvolvido em uma mesma direção. O encontro, como já mencionado, contou com diferentes representantes e representações que vivenciam desafios e obstáculos multifacetados e que precisam ser considerados de modo alinhado com a perspectiva social da deficiência, diretriz mundial.



A ideia de espaço como educador ou potencializador foi colocada em prática e, entre seus resultados, pode-se registrar inúmeras conversas em pequenos grupos, que não constavam na programação formal, mas que contribuíram para configurar um clima de engajamento e motivação, com as pessoas nitidamente envolvidas e comprometidas com o processo e animadas com a potência dos resultados a serem alcançadas. Nessas rodas, os diálogos versavam sobre desafios relativos aos direitos das pessoas com deficiência, tais como, acessibilidade, representação do segmento, participação nas decisões sobre políticas específicas, perda de direitos e retrocesso no paradigma explicitado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa mobilização fomentou a geração de ideias e soluções mais criativas, pois as pessoas dialogaram presencialmente com formas de argumentação que representam realidades por vezes bem distintas das vivenciadas por elas próprias. A construção coletiva desse panorama nacional, preparou as e os participantes para tomarem decisões mais informadas e, portanto, mais eficazes e estratégicas com vistas ao bem comum.

Esse clima intencionalmente criado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso





Brasil) traduziu, na prática, o artigo 29 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:


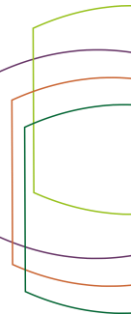
Participação na vida política e pública

Os Estados Partes garantirão às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de exercê-los em condições de igualdade com as demais pessoas, e deverão:

Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votarem e serem votadas (...)

Promover ativamente um ambiente em que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e encorajar sua participação nas questões públicas (...)

A programação do primeiro dia, após o credenciamento e a acomodação das e dos participantes, contou com uma fala de abertura da Oficina de Escuta sobre a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência e um Sarau Cultural.



Oficina de escuta sobre a implementação da
**Avaliação Biopsicossocial
Unificada da Deficiência**

Programação

12 de dezembro de 2024

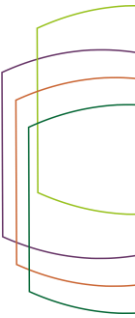
A partir das 11h: Credenciamento e recepção dos participantes.

- 17h: Informes gerais e boas-vindas
- 18h: Sarau Cultural
- 19h: Jantar

A abertura da Oficina, realizada pela diretora dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Naira Rodrigues Gaspar, reforçou o aspecto interseccional do encontro, que chamou



à participação representantes de diferentes segmentos raramente reunidos quando da elaboração de Políticas Públicas: mulheres, indígenas, quilombolas, população de rua, trabalhadoras e trabalhadores, conselheiras e conselheiros estaduais dos direitos das pessoas com deficiências, negras e negros, idosas e idosos, juventude, LGBTQIAP+, universitárias e universitários, mulheres que exercem a função de cuidadoras.



Em sua fala, citou a ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw que é a precursora nessa discussão.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, K. Estudos Feministas. 1º SEMESTRE 2002. p. 177)

Além disso, trouxe a importância das Políticas Públicas como forma de mitigar as injustiças que têm origem no passado e afetam atualmente a vida das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. Finalizou conclamando as e os participantes para que trouxessem para o debate suas vivências nos territórios, a partir das suas experiências de deficiência, a fim de transformar o capacitismo e outras formas de

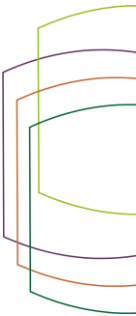


discriminação em atitudes construtivas como solidariedade, coletividade e generosidade.

Durante o Sarau Cultural, foi criado com o grupo o bordão “Sarau Resistência. Nada sobre nós, sem nós!” refletindo o espírito da mobilização e do engajamento das e dos participantes, para o início dos trabalhos no dia seguinte.



A preocupação em garantir que o lema “Nada sobre nós, sem nós”, que representa a histórica luta pela inclusão, participação e garantia de direitos referênciada que o planejamento da Oficina tinha seguido um direcionamento que deixava explícito que garantir e viabilizar a participação e a opinião sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, de modo acessível e pleno, alinhava a Oficina aos propósitos da Convenção e com os anseios atuais das brasileiras e brasileiros com deficiência, dado que essa temática tradicionalmente tem sido trabalhada quase que exclusivamente no âmbito dos profissionais da Saúde, que, na sua imensa maioria, não têm deficiência.





No dia 13 de dezembro na parte da manhã os participantes foram divididos em 04 (quatro) grupos de trabalho para dialogar sobre o tema “Os nós do itinerário da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência”.



Programação

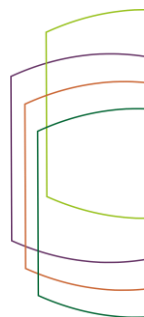
13 de dezembro de 2024

- 07h30: Café da manhã
- 08h45: Grupos de Trabalho - Sessão 1 | Dinâmica: Os nós do itinerário da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência
- 12h almoço
- 14h Grupos de Trabalho - Sessão 2 - Dinâmica: Desatando os nós e abrindo os caminhos - Tecendo Propostas para Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência
- 18h: Encerramento da agenda do dia e informes gerais

Cada grupo de trabalho contou com duas facilitadoras e uma equipe de apoio para o registro das discussões. Com o objetivo de dinamizar e inspirar o diálogo, foram disponibilizados elementos táteis organizados sobre um mapa do Brasil. Para assegurar a coerência com a metodologia delineada, os relatos a seguir foram estruturados conforme a observação sistemática realizada durante a atividade.

O planejamento foi organizado de modo a permitir a observação de todos os grupos de trabalho, com uma permanência aproximada de 30 minutos em cada um. Essa estratégia possibilitou o acompanhamento dos diferentes grupos e, ao mesmo tempo, a construção de uma visão geral do processo, fundamentada no itinerário previamente estabelecido entre as facilitadoras.

Antes do início das discussões, todos os grupos de trabalho reservaram um momento para apresentações, incluindo aspectos de representação e representatividade. Em seguida, as facilitadoras apresentaram a programação, e foi realizada a escolha do relator, conforme previsto no itinerário. Posteriormente, os grupos foram subdivididos em três subgrupos. Durante as observações nos grupos de trabalho, os principais temas abordados incluíram: direito versus oportunidades, fragilidade da questão orçamentária, escassez de profissionais para realizar a avaliação, dificuldade na obtenção de diagnóstico para acessar direitos, falta de



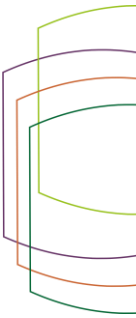


informação, resistência da classe médica e entraves nos municípios para a efetivação da avaliação biopsicossocial.



As discussões foram intensas, mas mantiveram um caráter respeitoso, evidenciando um engajamento coletivo voltado para um propósito comum. A palavra circulou livremente entre as e os participantes dos subgrupos, havendo pouca necessidade de intervenção das facilitadoras. Ao final das discussões, cada subgrupo elegeu os três principais desafios identificados. No entanto, houve dificuldades na seleção, e, em alguns casos, essa métrica não foi rigorosamente seguida, possivelmente devido à complexidade dos temas abordados.

Como etapa final da dinâmica, cada subgrupo apresentou os desafios levantados ao grupo de trabalho, promovendo um aprofundamento coletivo da discussão.



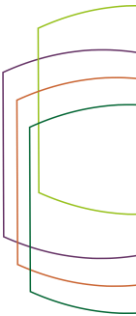


No período vespertino, a composição dos subgrupos foi mantida. O tema abordado, que representava tanto uma continuidade quanto um desdobramento das discussões da manhã, foi "Desatando os nós e abrindo os caminhos: tecendo propostas para a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência". Como estratégia metodológica, cada subgrupo deveria apresentar ações para solucionar os desafios identificados por outro subgrupo na sessão anterior.

Durante essa etapa, a metodologia empregada possibilitou a ampla circulação da palavra entre os participantes, permitindo que as ideias fossem disseminadas, ampliadas e aprofundadas no grupo de trabalho como um todo. No entanto, foi observado que, em todos os grupos, as facilitadoras precisaram intervir para manter o foco na avaliação biopsicossocial, uma vez que diversos desafios abordados acabavam por suscitar diálogos sobre a garantia de direitos de maneira mais ampla.



Entre os destaques das observações, registrou-se a participação efetiva de todas as pessoas, a busca coletiva por soluções e a sugestão de ações concretas para solucionar os desafios identificados, promovendo um ambiente de colaboração e parceria.





Na etapa final da dinâmica, cada subgrupo socializou suas discussões e propostas com o grupo de trabalho, momento em que foram selecionadas as propostas mais representativas. Em termos de infraestrutura, a sistematização realizada em tempo real e a capacidade da equipe organizadora de resolver questões rapidamente possibilitaram que facilitadoras e participantes se concentrassem integralmente na atividade proposta.



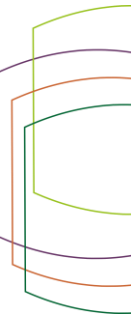
Ao término dos trabalhos, todos os grupos se dirigiram ao salão principal para receber os informes sobre o último dia da Oficina. Houve um pequeno atraso devido ao prolongamento das discussões em um dos subgrupos. Após o jantar, foi realizada uma atividade cultural iniciada por volta das 20h. A participação dos presentes nesse momento evidenciou o clima de integração da Oficina.

Embora a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência seja um tema de grande relevância e seriedade, o ambiente escolhido e a disposição dos participantes favoreceram um clima de leveza e diálogo. A oportunidade de participação plena e a construção coletiva do conhecimento reforçaram o engajamento dos envolvidos.

No último dia da Oficina, a programação incluiu dois momentos principais: a consolidação do documento de recomendações da sociedade civil para o sistema de avaliação e a mesa de encerramento, com a participação de membros da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC).

14 de dezembro de 2024

- 07h30: Café da manhã
- 09h00: Momento de consolidação do documento de recomendações da sociedade civil para o sistema de avaliação [debate, elaboração e leitura do documento final]
- 11h: Mesa de encerramento com a secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC), Ana Paula Feminella.
- 12h30: Almoço (Finalização do almoço com agradecimentos e mística de despedida)
- 14h: Partida dos participantes.

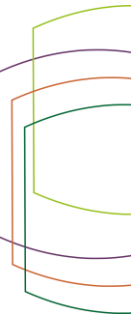




Em razão da compatibilização de agendas, a participação da Secretária ocorreu no dia 14 de dezembro. Durante sua fala, destacou-se que o novo modelo de avaliação, desenvolvido a partir de um Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, tem o objetivo de fortalecer as políticas públicas para reduzir desigualdades. A gestora ressaltou que a diversidade de processos de avaliação da deficiência existentes no Brasil atualmente cria barreiras ao acesso a direitos, pois cada política federal, estadual ou municipal exige uma nova avaliação e laudo. O novo modelo pretende simplificar esse processo por meio da emissão de um certificado válido em todo o território nacional, facilitando a vida das pessoas com deficiência. A Secretária também enfatizou que a Oficina representou um momento relevante para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a apropriação do conceito de deficiência e da Avaliação Biopsicossocial.



Na sequência, foi realizada uma mesa com todas as facilitadoras para dar início à consolidação do documento final, elaborado a partir da sistematização das discussões dos quatro grupos de trabalho. Foi feita a leitura integral do documento, com ajustes realizados conforme as sugestões dos participantes, que acompanharam atentamente esse processo. Diferentemente de outros encontros semelhantes, nos quais essa etapa tende a ser esvaziada pela necessidade de deslocamento dos participantes, a programação da Oficina foi estruturada de modo a garantir o engajamento até o fim, permitindo que a validação do documento fosse amplamente acompanhada.



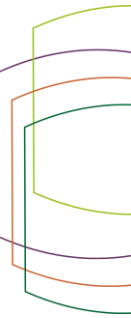


Ao final, foram registrados agradecimentos às e aos participantes, bem como às equipes organizadoras da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil).



Considerações sobre a metodologia aplicada

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) adota como diretriz a gestão transversal, interseccional e participativa, promovendo a inclusão





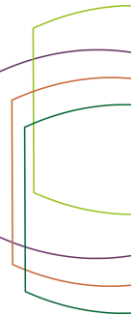
dos direitos das pessoas com deficiência em normativas e políticas públicas em toda a administração pública. A abordagem interseccional possibilita a análise dos fatores sociais, econômicos e ambientais que impactam diretamente a forma como as pessoas com deficiência interagem com a sociedade, enfrentam barreiras e acessam seus direitos.

A Oficina de escuta sobre a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência fundamentou-se nesses princípios e reforçou a perspectiva participativa e transversal. A composição diversificada do evento garantiu a inclusão de grupos historicamente sub-representados, tais como mulheres, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, conselheiros estaduais dos direitos das pessoas com deficiência, população negra, idosos, juventude, LGBTQIAP+, universitários e mulheres cuidadoras.

A participação de representantes sem histórico de atuação em fóruns nacionais, mas com experiência significativa em seus territórios, conferiu características relevantes ao evento. Desde os primeiros momentos, as discussões estiveram voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência de maneira ampla, transcendendo a avaliação biopsicossocial. O lema “nada sobre nós sem nós”, reafirmado durante o Sarau Cultural, fortaleceu o engajamento dos participantes e deu direção às discussões ao longo dos três dias de evento. O processo de construção coletiva foi consolidado com a atuação das facilitadoras, que intervieram estrategicamente para manter o foco na avaliação biopsicossocial.

A dinâmica do evento favoreceu a complementaridade entre os momentos de debate e a busca de soluções, permitindo que os participantes se reconhecessem como protagonistas do processo. A troca de experiências e o levantamento de desafios comuns entre diferentes territórios potencializaram a construção de soluções coletivas. Além disso, a escolha de um ambiente imersivo foi destacada pelos participantes como um fator positivo, contribuindo para maior integração e engajamento na metodologia proposta.

Diante das recomendações consolidadas pelos participantes, sugere-se o encaminhamento ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), a fim de que a temática seja incorporada à pauta. Adicionalmente, propõe-se a implementação de uma metodologia com o objetivo de monitorar a implementação das ações propostas e avaliar os avanços no processo da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência.



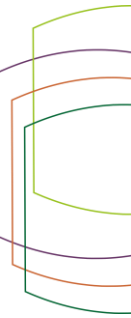


Conclusões sobre a atividade e sugestões para implementação das recomendações apontadas

As recomendações apresentadas neste documento são resultado do trabalho coletivo desenvolvido durante a Oficina de Escuta sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. Durante a Oficina, os participantes foram organizados em grupos de trabalho, responsáveis por debater e formular propostas voltadas ao aprimoramento do processo de implementação da Avaliação Biopsicossocial.

A Oficina alcançou com êxito seus objetivos, consolidando um espaço inclusivo de diálogo entre sociedade civil e governo. A partir de uma metodologia acessível e participativa, o evento possibilitou o mapeamento de desafios e a elaboração de recomendações detalhadas para aprimorar a política pública, garantindo equidade e acessibilidade no processo avaliativo. A participação ativa de diversos grupos sociais, incluindo povos indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de rua, fortaleceu a representatividade e a interseccionalidade das propostas apresentadas.

Apresenta-se abaixo as considerações sobre o atendimento aos objetivos estabelecidos para a atividade e a seguir as sugestões sobre a implementação das recomendações apontadas na oficina.





Objetivo geral:

Mapear as necessidades e contribuições da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos das pessoas com deficiência quanto à melhoria da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no Brasil.

A Oficina contou com a participação de representantes da sociedade civil e entidades de promoção dos direitos das pessoas com deficiência, permitindo a sistematização de contribuições fundamentais para a Avaliação Biopsicossocial Unificada. Os debates em grupos de trabalho identificaram desafios e possibilitaram a elaboração de recomendações detalhadas para aprimorar a implementação da avaliação.

Objetivos específicos:

1. Mapear subsídios para a construção e implementação de políticas públicas mais inclusivas, como a Avaliação Unificada da Deficiência.

Durante a oficina, foram elaboradas recomendações concretas para a implementação do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência (SISNADEF), incluindo a necessidade de recursos acessíveis, busca ativa de avaliação e melhorias nos instrumentos de avaliação socioeconômica. As sugestões visaram garantir equidade e acessibilidade na aplicação da avaliação.

2. Formar lideranças que atuam com a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, priorizando a participação ativa de pessoas com deficiência.

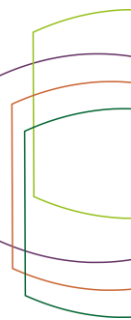
A oficina contou com a participação ativa de pessoas com deficiência nos debates e na formulação das propostas. Além disso, foi recomendada a inclusão de pessoas com deficiência nos processos de formação das equipes multidisciplinares que aplicarão a Avaliação Biopsicossocial.

3. Fomentar espaço de diálogo entre sociedade civil e governo sobre o tema e oportunizar a troca de experiências entre os participantes da atividade, com e sem deficiência, com foco na inclusão.

A metodologia adotada garantiu um ambiente acessível e inclusivo, permitindo a troca de experiências entre diferentes segmentos da sociedade civil e representantes do governo. A plenária final consolidou as contribuições dos participantes e proporcionou um momento de validação das propostas.

4. Ampliar a participação de grupos diversos e transversais à pauta da deficiência, como povos indígenas, quilombolas, população em situação de rua, pessoas idosas e LGBTQIA+, entre outros.

A seleção dos participantes levou em consideração critérios de interseccionalidade, garantindo a presença de indígenas, quilombolas, pessoas idosas, LGBTQIA+ e





outros grupos historicamente marginalizados. Foram discutidas medidas para assegurar que a avaliação considere esses marcadores sociais.

5. Democratizar o processo consultivo quanto à implementação de políticas públicas, ampliando a participação de novos atores e segmentos sociais nos debates sobre o tema.

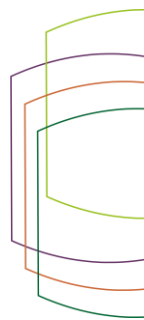
A oficina incluiu representantes de diversos estados brasileiros, priorizando regiões historicamente menos assistidas, como Norte e Nordeste. O evento promoveu um espaço democrático de escuta e participação, onde diferentes segmentos puderam contribuir para a construção das recomendações que integrarão a política pública nacional.

A sistematização das contribuições coletadas permitiu a formulação de recomendações embasadas nas necessidades reais da sociedade civil, promovendo avanços significativos para a construção de um modelo de aplicação de avaliação mais inclusivo e eficaz.

Sobre a implementação das recomendações apontadas.

O presente relatório visa apresentar possíveis **ações de curto prazo** para a implementação do **Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência (SISNADEF)**, conforme discutido na Oficina de Escuta Sobre a Implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência realizada em 14 dezembro de 2024 pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério de Direitos Humanos em parceria com a Flacso. O objetivo é garantir a implementação eficiente e acessível deste sistema, promovendo a inclusão e o acesso às políticas públicas para pessoas com deficiência.

A implementação do SISNADEF representa um passo fundamental para garantir a inclusão plena das pessoas com deficiência nas políticas públicas, assegurando o direito à avaliação adequada e ao acesso a elas. A realização da Oficina de Escuta foi um momento importante de diálogo com os movimentos sociais e às organizações que representam as pessoas com deficiência de todo o Brasil. Esse espaço permitiu que diversas perspectivas fossem compartilhadas, refletindo as necessidades reais e as sugestões para a melhoria do processo de avaliação unificada. A participação ativa da sociedade civil é fundamental, pois garante que o SISNADEF seja moldado de acordo com as experiências, vivências e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência em suas diversas realidades.





A escuta das demandas das pessoas com deficiência é ainda mais relevante quando se considera a pluralidade desse grupo, que abrange diferentes características e contextos, como a diversidade de raça, gênero, orientação sexual e condições socioeconômicas. As propostas levantadas por essas diversas vozes podem ser incorporadas de forma efetiva ao processo de implementação, para garantir que as soluções atendam não só às necessidades gerais, mas também às especificidades de cada grupo. Sendo assim, propõe-se um conjunto de ações de curto prazo com objetivos bem definidos para dar andamento às propostas de aplicação que foram levantadas na Oficina de Escuta para Implementação da Avaliação Unificada da Deficiência.

Objetivos das propostas de ações de curto prazo

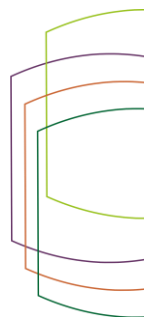
As ações descritas têm como principais objetivos:

- **Articular e organizar** as esferas governamentais e sociais envolvidas;
- **Capacitar profissionais** e multiplicadores;
- **Testar e avaliar** o sistema de forma gradual e controlada;
- **Garantir a infraestrutura e o acesso** ao sistema de avaliação.

Ações de Curto Prazo

Articulação Interministerial e Interinstitucional

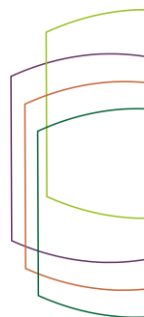
- **Descrição:** Dar continuidade em espaços de discussão e organização interministerial com os Ministérios da Saúde, Assistência Social, Educação, Direitos Humanos e demais ministérios que possuam políticas públicas para pessoas com deficiência com objetivo de alinhar as políticas públicas relacionadas à deficiência.
- **Proposta:** reuniões interministeriais com reuniões mensais subsequentes.
- **Objetivo:** Alinhamento de competências entre os ministérios para garantir o financiamento adequado para o SISNADEF.
- **Ações:** Estabelecer um calendário de reuniões periódicas para alinhar as competências e responsabilidades de cada ministério; promover o diálogo contínuo com outras esferas de governo e instituições envolvidas nas políticas públicas para pessoas com deficiência; aprofundar a aproximação e parcerias com a Secretaria Nacional da Política de Cuidados.





Capacitação de Profissionais e Multiplicadores

- **Descrição:** Iniciar programas de capacitação para profissionais das áreas multidisciplinares previstos na Lei Brasileira de Inclusão, com foco no Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) e metodologias inclusivas.
- **Possíveis parcerias:** ENAP, Universidades Públicas, Ministérios da Saúde, Assistência Social, Educação, Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz.
- **Proposta:** Cursos e workshops de capacitações multiprofissionais.
- **Objetivo:** Capacitar os profissionais de todo o Brasil para garantir a aplicação eficiente e precisa do SISNADEF e o conhecimento adequado para aplicação do IFBrM.
- **Ações:** Levantar os perfis dos profissionais a serem capacitados nas secretarias estaduais/municipais e nos ministérios envolvidos; Criar um esboço inicial do conteúdo de cursos e *workshops* sobre o Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) e metodologias inclusivas com pesquisadores que já desenvolvem esse trabalho; Aprofundar as parcerias com universidades públicas, ENAP, FioCruz e demais instituições para oferecer capacitações multiprofissionais e biopsicossociais por todo o Brasil; Analisar a possibilidade de desenvolver e lançar cursos e workshops para a capacitação contínua dos profissionais que podem realizar as aplicações e conforme exigido pela LBI.



Testes Pilotos e Expansão Gradual do Processo de Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência

- **Descrição:** Continuidade dos testes piloto do sistema SISNADEF em municípios e estados selecionados para ajustar processos e identificar necessidades de melhorias.
- **Possíveis parcerias:** Comitê Gestor Nacional do SISNADEF, Governos estaduais e municipais, Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz.
- **Proposta:** Buscar parcerias estaduais e municipais para aplicação dos testes pilotos.



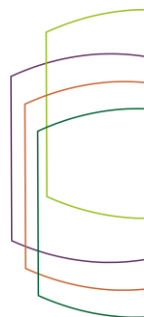
- **Objetivo:** Avaliar a viabilidade e ajustar o sistema com base em experiências reais e levando em consideração a diversidade populacional como raça, gênero e diferentes realidades socioeconômicas.
- **Ações:** Avaliar a experiência de Pernambuco e Bahia no processo de implementação junto ao Banco Mundial e as Secretarias Estaduais; Firmar acordos com governos estaduais e municipais para viabilizar a execução dos testes piloto; Aprimorar os protocolos de avaliação e monitoramento para os testes, com coleta de dados para ajustes futuros; Ajustar o sistema de aplicação do IFBrM com base nos resultados obtidos nos testes piloto, levando em conta a diversidade populacional.

Fortalecimento da Infraestrutura de Acesso e Acompanhamento

- **Descrição:** Criar uma plataforma ou página on-line acessível com a possibilidade de acesso pelo portal **gov.br** para agendamento e acompanhamento das avaliações pela população.
- **Possíveis parcerias:** Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Universidades Públicas.
- **Proposta:** possuir uma forma fácil e descomplicada de realizar o agendamento das avaliações e possibilitar a coleta e reunião de dados sobre pessoas com deficiência no Brasil.
- **Objetivo:** Facilitar o acesso à solicitação das avaliações e melhorar a transparência do processo de avaliação.
- **Ações:** Reunir uma equipe técnica especializada para garantir que a plataforma seja acessível às pessoas com deficiência através de parcerias público/privadas e com universidades públicas; Desenvolver os primeiros protótipos da plataforma e realizar testes de usabilidade com grupos de usuários; Garantir a compatibilidade da plataforma com diferentes dispositivos e tecnologias assistivas.

Engajamento com Movimentos Sociais e Entidades

- **Descrição:** Realizar consultas públicas com movimentos sociais, conselhos e organizações de pessoas com deficiência, para discutir os impactos e ajustes necessários para o SISNADEF.

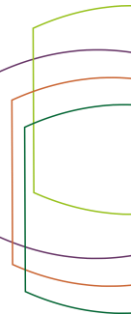




- **Possíveis parcerias:** Comitê Gestor Nacional do SISNADEF, Organizações de Pessoas com Deficiência, CONADE.
- **Proposta:** Dar continuidade às oficinas de escuta para a implementação da avaliação unificada para pessoas com deficiência e estabelecer um canal de diálogo com a sociedade civil.
- **Objetivo:** Garantir a participação social no desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema.
- **Ações:** Organizar oficinas de escuta para discutir o impacto do SISNADEF com movimentos sociais e grupos de interesse que podem ser presenciais ou on-line.

Divulgação e Comunicação Acessível

- **Descrição:** Criar campanhas de conscientização acessíveis sobre o processo de avaliação e os direitos das pessoas com deficiência.
- **Possíveis parcerias:** Ministério da Comunicação, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- **Proposta:** Campanha de divulgação das atividades realizadas e informações sobre o IFBrM e como acessá-lo.
- **Objetivo:** Informar a população sobre o sistema de avaliação e facilitar o acesso à informação.
- **Ações:** Desenvolver um plano de comunicação acessível, incluindo campanhas de conscientização sobre o SISNADEF; criar materiais informativos em formatos acessíveis, como textos simples, audiodescrição e vídeos em LIBRAS; Iniciar a divulgação do SISNADEF por meio de canais digitais, rádios, redes sociais, portais governamentais, televisivos e físicos; realizar campanhas de sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e o processo de avaliação unificada da deficiência.



Adequação dos Centros de Reabilitação e Equipes Multidisciplinares

- **Descrição:** Adequar Centros Especializados de Reabilitação (CER) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) para realizar avaliações biopsicossociais.
- **Possíveis parcerias:** Ministério da Saúde, Governos estaduais e municipais.



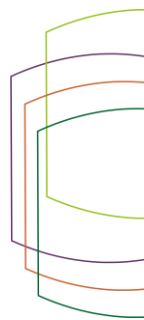
- **Proposta:** Fortalecer espaços já frequentados por pessoas com deficiência para que possam acessar a avaliação com facilidade.
- **Objetivo:** Ampliar a capacidade dos centros para realizar as avaliações de forma eficiente.
- **Ações:** Realizar um levantamento das condições atuais dos Centros Especializados de Reabilitação (CER) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) nos estados e municípios selecionados para o teste piloto; Identificar as necessidades de infraestrutura e de treinamento para que os centros realizem as avaliações biopsicossociais de maneira eficiente; Promover o fortalecimento dos centros já existentes para garantir o acesso facilitado das pessoas com deficiência ao processo de avaliação; Desenvolver um plano de melhorias rápidas para os centros de reabilitação selecionados; Buscar medidas orçamentárias para viabilizar a proposta.

Planejamento do Financiamento da Aplicação

- **Descrição:** Definir um modelo de financiamento para a implementação e manutenção do SISNADEF, com criação de fundos municipais e estaduais.
- **Possíveis parcerias:** Ministério da Economia, Ministério da Assistência Social.
- **Proposta:** Criação de programas que estimulem estados e municípios a aderirem a aplicação da avaliação e realizar previsões orçamentárias para 2026.
- **Objetivo:** Assegurar recursos contínuos para a manutenção do sistema.
- **Ações:** Organizar reuniões com os Ministérios da Economia e demais presentes no comitê interministerial de aplicação da avaliação unificada da deficiência para discutir os recursos financeiros necessários para o SISNADEF; Preparar uma proposta inicial de financiamento para a implementação e manutenção do sistema; Criar uma estratégia de alocação de recursos nos orçamentos municipais e estaduais para o apoio à implementação do sistema; Iniciar conversas com estados e municípios sobre a criação de fundos locais para apoiar o desenvolvimento do SISNADEF.

Implementação de Mecanismos de Avaliação e Monitoramento

- **Descrição:** Criar um sistema de monitoramento contínuo para o SISNADEF, avaliando o progresso da implementação e o impacto das avaliações.



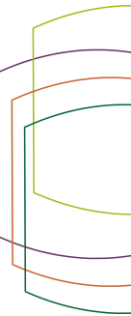


- **Possíveis parcerias:** Comitê Gestor Nacional do SISNADEF, IBGE, Universidades Públicas, FIOCRUZ.
- **Proposta:** Apoios técnicos de pesquisadores e programadores para realizar adequações e acompanhar o desenvolvimento e aplicação do sistema.
- **Objetivo:** Garantir que o sistema seja eficiente e adaptável às necessidades.
- **Ações:** Oficializar um comitê técnico para definir as métricas de monitoramento do sistema e os indicadores de impacto; Estabelecer um protocolo de coleta de dados para acompanhar o progresso da implementação e a eficácia das avaliações; Organizar reuniões com o IBGE, universidades parceiras, FIOCRUZ e outras possíveis instituições para definir indicadores e metodologias de acompanhamento; Implantar um sistema de monitoramento contínuo para garantir que o SISNADEF seja ajustado conforme necessário.

A implementação do SISNADEF é imprescindível para as pessoas com deficiência, especialmente aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Muitas dessas pessoas enfrentam barreiras não apenas relacionadas à deficiência, mas também a outros fatores, como pobreza, discriminação racial, violência de gênero e exclusão social. Portanto, é essencial que o SISNADEF seja sensível a essas questões e ofereça uma avaliação que leve em consideração as múltiplas camadas de exclusão que essas pessoas podem enfrentar, o IFBrM é um instrumento que leva em consideração essas questões, porém é necessário que seja bem aplicado e que haja uma sensibilização e formação para que o conceito de deficiência presente nas atuais legislações vigentes como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão seja absorvido por todas as políticas públicas brasileiras.

A criação de um sistema unificado e acessível permitirá que as pessoas com deficiência, especialmente as mais vulneráveis, tenham um acesso mais equitativo às políticas públicas e aos serviços públicos. Além disso, ao envolver as pessoas com deficiência em todo o processo de implementação, desde as etapas de planejamento até a execução, o SISNADEF não só garante a efetividade da política pública, mas também reforça a participação e o controle social que são também direitos dessa população.

As pessoas com deficiência não constituem um grupo homogêneo e, por isso, é imprescindível que o sistema seja inclusivo e contemple as diversas identidades e contextos sociais em que essas pessoas estão inseridas. A implementação do

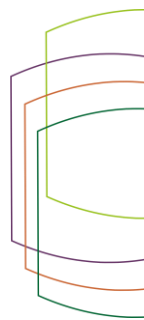




sistema deve, portanto, envolver uma abordagem que leve em consideração essas múltiplas dimensões da identidade e da experiência das pessoas com deficiência.

Além disso, a diversidade de experiências deve ser refletida nas ações de capacitação, no desenvolvimento de tecnologias assistivas, na adaptação de infraestruturas e na criação de materiais informativos acessíveis. Assim será possível garantir que todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual ou condição socioeconômica, tenham acesso igualitário aos direitos e serviços oferecidos pelo SISNADEF.

A implementação do SISNADEF representa uma oportunidade de consolidar uma política pública de avaliação unificada que seja inclusiva, acessível e sensível às necessidades reais das pessoas com deficiência. A escuta ativa das demandas da sociedade civil, especialmente de movimentos e organizações representativas de pessoas com deficiência, e a incorporação das suas propostas no processo de implementação são fundamentais para garantir que o sistema seja eficaz, justo e equitativo.





Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 fev. 2025.

CRENSHAW, K. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 177.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-portuguese.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. *R Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.

PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO IFBrM COM AJUSTES - versão do relatório final do GTI. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/PropostadeInstrumentodeAvaliaoIFBrMcomajustesversorelatriofinaldoGTI.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

RELATÓRIO FINAL DO GT - versão de 12 de julho de 2024. Casa Civil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/governo-federal-anuncia-novas-iniciativas-para-garantir-mais-dignidade-e-inclusao-a-pessoas-com-deficiencia/RelatoriofinaldoGTVersao12deJulho2024CasaCivil.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

UNESCO. *Relatório Global sobre Deficiência e Desenvolvimento*. Paris, 2011. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 9 fev. 2025.

